



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS
SETOR DE LICITAÇÕES

TERMO DE JUNTADA

Aos **vinte e cinco** dias do mês de **outubro** do ano **dois mil e dezenove**, neste **Setor de Licitações**, procedi a **juntada** a este Processo do e-mail recebido às 15h43 da licitante identificada como **AVANTE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA – CNPJ 34.266.278/0001-27**, com 19 folhas contendo o corpo do referido e-mail acompanhado de arquivos anexados como instrumento de interposição de recurso ao Pregão Eletrônico nº 032/2019, as quais serão numeradas e passarão a fazer parte deste processo.


Juliana Ribatski
Pregoeira Municipal

RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO 032/2019



Avante Gestão <avantegestao01@gmail.com>

Sex, 25/10/2019 15:43

Para: compras.porto@hotmail.com <compras.porto@hotmail.com>

📎 3 anexos (6 MB)

Recurso Porto Amazonas.pdf; 2019.pdf; Composição de Custos.pdf;

Boa tarde, tudo bem?

segue anexo recurso administrativo em face da habilitação da empresa MSERV.

Referente ao pregão eletrônico 032/2019.

At.te

Thiago Rocha

(41) 98425-3532

Avante Limpeza e Conservação

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS – ESTADO DO PARANÁ**

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2019

AVANTE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.266.278/0001-27, com sede na Avenida Cândido Hartmann, 4726, bairro Santa Felicidade, Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 82.015-100, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, comparece respeitosamente perante Vossa Senhoria, para, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, nos termos do item 16.1 do Edital, bem como artigo 4º, inciso XVIII da lei 10.520/02 e artigo 44, §1 do Decreto nº 10.024/2019, em face da habilitação da empresa MSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI.

1- DOS FATOS

Na data de 10 de outubro de 2019 foi realizada sessão do Pregão eletrônico do Edital de Licitação de nº 032/2019 pela Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, tendo como objetivo a contratação de pessoa jurídica para

8
TR

prestação de serviços de limpeza e conservação predial, visando a obtenção de adequadas condições de salubridade, higiene, limpeza e conservação dos ambientes dos Departamentos Municipais de Porto Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.

O procedimento eletrônico ocorreu através da plataforma BLL – Bolsa de Licitações do Brasil.

Na fase de lances, ficaram classificadas as empresas, aqui demonstradas até o quinto lugar, na seguinte ordem e valores:

MSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI	R\$ 8,75
CLEIDE MARIA IENI BUENO	R\$ 8,78
BASE FORTE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	R\$ 10,00
AVANTE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	R\$ 12,20
P.S. RODRIGUES PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 12,29

Ao final, a empresa com menor preço, enviou sua documentação no prazo de 05 dias úteis, atendendo à exigência do item 9.12 do Edital.

Handwritten initials: J and R

OD 772 409 553 BR



17/10/2019
14:00
Porto Amazonas - PR

Objeto entregue ao destinatário

17/10/2019
11:47
Porto Amazonas - PR

Objeto disponível para retirada em Caixa Postal

AC PORTO AMAZONAS - Agência dos Correios
RUA QUINZE DE NOVENBRO - - 413
CENTRO
Porto Amazonas / PR

16/10/2019
11:56
CURITIBA - PR

Objeto encaminhado
de Unidade de Tratamento em CURITIBA / PR para Agência
dos Correios em Porto Amazonas / PR

16/10/2019
21:23
LONDRINA - PR

Objeto encaminhado
de Unidade de Tratamento em LONDRINA / PR para Unidade
de Tratamento em CURITIBA / PR

16/10/2019
12:51
CORNELIO
PROCOPIO - PR

Objeto encaminhado
de Agência dos Correios em CORNELIO PROCOPIO / PR para
Unidade de Tratamento em LONDRINA / PR

16/10/2019
09:07
CORNELIO
PROCOPIO - PR

Objeto postado

Todos os objetos internacionais estão sujeitos à cobrança do despacho postal. Clique [aqui](#) para saber mais

Nova Consulta



Imprimir



Suspender Entrega

Ao passo que, passa-se a exposição dos motivos que deve a empresa MSERV ser inabilitada.

Handwritten signature

2- RESSALVA NECESSÁRIA

Em caráter preliminar, a ora recorrente expressa seu grande respeito pelo trabalho da Sra. Ilustríssima Pregoeira, da equipe de apoio, bem como a todos os funcionários envolvidos.

Desta forma, apresentamos nesta manifestação argumentos que se referem exclusivamente à aplicação dos princípios Constitucionais, da Lei de Licitações, e da lei do Pregão, relacionados ao procedimento licitatório em questão. Desta forma, em nada afeta, o respeito da impugnante por todos os profissionais que integram e que colaboram para o bom andamento da Administração Pública nesta localidade.

Diante disto, a recorrente neste ato público, demonstra seu total interesse e disposição em vir a prestar os serviços licitados.

No entanto, não pode deixar de apontar os vícios pelos quais as demais licitantes devem ser inabilitadas, a fim de não prejudicar os princípios da competitividade, moralidade, legalidade, eficiência, economicidade, proporcionalidade, segurança jurídica, boa-fé, isonomia, dentre tantos outros, no referido pregão presencial ora promovido.



3- TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é totalmente tempestivo, pois conta com a observância ao item 16.1 do Edital e em consonância com o artigo 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, qual seja, o respeito ao prazo de 3 dias úteis após a declaração de vencedor, o que no caso, foi a disponibilização da documentação da empresa MSERV na data de 22 de outubro de 2019, no site do município de Porto Amazonas.

Portanto, tempestivo.

4- PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

"O edital é a lei interna da licitação", frase de propriedade do saudoso administrativista Hely Lopes Meirelles, já muito utilizada e demasiadamente repisada, vai ao encontro – de forma harmoniosa – ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, qual seja, o Edital.

Tal princípio é retirado da lei de licitações, precisamente dos artigos 3º, 41 e 55, inciso IX, todos da lei 8.666/1993.

Segundo o artigo 41 da Lei 8.666/1993, a "Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". É, portanto, aplicação específica do princípio da Legalidade, razão

TR
X

pela qual a não observância das regras fixadas no instrumento convocatório acarretará na ilegalidade do certame.

Por ser lei interna da licitação, o Edital vincula os seus termos, tanto os licitantes, quanto a administração pública.

5- BALANÇO PATRIMONIAL – CONTRÁRIO AOS TERMOS LEGAIS

Destacamos que a empresa só poderá participar, ou dar prosseguimento aos trâmites licitatórios, quando atender todas as exigências editalícias, conforme item 5.1 do próprio edital de licitação.

Neste diapasão, o item 5.2 do ANEXO III do Edital determina:

5.2 – Demonstrações contábeis do último exercício social já exigível e na forma da lei, compostas, no mínimo, do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, devidamente rubricados e assinados pelo(a) responsável da empresa e contador(a) cadastrado(a) no conselho competente.

Conforme a documentação apresentada pela empresa "vencedora" MSERV, o balanço patrimonial apresentado está eivado de vícios e irregularidades, apesar de ser o balanço somente do mês de fevereiro -o que a



princípio não há problema algum- não apresenta as notas explicativas obrigatórias por lei.

As Notas Explicativas - (NE) contêm informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. Elas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis, sendo, portanto, necessárias e úteis para melhor entendimento e análise das demonstrações contábeis.

A Resolução do CFC 1.185/09 - NBC TG 26 que trata da apresentação das demonstrações faz menção a forma de como se fazer e estruturar as referidas Notas Explicativas.

Com relação à obrigatoriedade legal da feitura das Notas Explicativas, salientamos o texto do § 4º do artigo 176 da lei 6.404/76, vejamos:

"§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício."

Os dispositivos supra mencionados aplicam-se as sociedades anônimas regidas pela lei 6.404/76 e por extensão aplicada as demais sociedades. Veja que não se fala em regime de tributação, portanto mesmo até mesmo as entidades tributadas com base na sistemática do Simples Nacional estão

TR
8

obrigadas a elaboração das ditas notas, desta forma, também está obrigada a apresentação das notas a empresa MSERV.

Atualmente a contabilidade, de modo geral, está passando por um processo de convergência as normas internacionais de contabilidade, para tanto o CFC editou, entre outras tantas, a Resolução 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, onde no item 3.17, tem-se a identificação do conjunto completo das Demonstrações Contábeis que as referidas entidades devem elaborar, no qual está contemplada na letra "f" a inclusão das Notas Explicativas, bem como nos itens 8.1 e seguintes que dispõe sobre a sua estruturação.

Conjunto completo de demonstrações contábeis

3.17 O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todas as seguintes demonstrações:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período de divulgação;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;
- (f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis

significativas e outras informações explanatórias.

Assim, com base nos textos legais mencionados e de acordo com os novos entendimentos do próprio CFC, podemos afirmar que desde a implantação do IFRS no Brasil, não existe mais Demonstrações Contábeis que

TR

8

não devam ser complementadas por Notas Explicativas, que passam a ser de elaboração obrigatória para todas as entidades, independentemente de porte, atividade ou forma de tributação.

Como não houve apresentação das notas explicativas juntamente ao Balanço Patrimonial, não cumpriu, portanto, com os requisitos legais sendo sua habilitação totalmente ilegal e irregular, razão pela qual deve ser inabilitado.

6- INEXEQUIBILIDADE DO PREÇO OFERTADO

Apesar do item anterior ser suficiente para a inabilitação da empresa MSERV, passamos a discorrer sobre o valor ofertado para que a empresa "cumpra" com suas obrigações para com a Administração Pública.

O valor máximo estipulado para esta licitação foi de R\$ 174.096,00 (cento e setenta e quatro mil e noventa e seis reais), pelo período de 12 meses, conforme o item 3.1 do Edital.

De acordo com o item 1.1 do Anexo I – Termo de Referência, o valor foi contabilizado em horas, sendo um total de 10.400 horas, para um valor unitário máximo de R\$ 16,74 (dezesesseis reais e setenta e quatro centavos) a hora.

Acontece que a *-suposta-* vencedora, baixou seu preço até chegar ao ínfimo valor de R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais) como valor global, ou R\$ 8,75 (oito reais e setenta e cinco centavos) o valor da hora.

TR
8

Ora, é impossível a prestação dos serviços ao município com tal valor.

Existe um risco enorme para a Administração Pública em realizar o contrato com uma empresa que não terá capacidade financeira para arcar com os serviços, pois não haverá valores minimamente razoáveis para tal.

Com atitudes assim, a Administração Pública coloca em risco a realização dos serviços, bem como os funcionários que serão contratados para laborar.

Afinal de contas, não há sequer valores disponíveis para o pagamento integral do custo dos funcionários, provisões etc, como será demonstrado em breve.

A essência da atividade empresarial é visar lucros, e se a empresa estiver trabalhando no prejuízo, pensará no bem estar de seus funcionários? No município? Nos impostos? A prática de mercado demonstra que não!

Passemos a análise da planilha de custos apresentada pela empresa MSERV.

Sobre a composição da remuneração, no Módulo 01, utilizando como base 01 funcionário, a valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais) como salário de um funcionário – CORRETO.



Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários, que é o submódulo 2.3, utilizou a fração de 8,33% (100% divididos em 12 meses), chegando a um resultado de 50,63, OPA, temos a primeira incongruência! O valor correto seria de R\$ 91,63 (noventa e um reais e sessenta e três centavos).

No item "b" incidência, não conseguimos distinguir o que seria...

No submódulo 2.2 sobre as contribuições, apresentou de maneira satisfatória, chegando ao valor correto.

O mesmo podemos dizer do submódulo 2.3, no que diz respeito aos Benefícios Mensais Diários.

Na soma total então do Módulo 02 (QUADRO DE RESUMO DO MÓDULO 02), vemos mais uma inconsistência, quando fala do item 2.1, trata como 13º salário, Férias e Adicional de Férias, ora, em que local da tabela isso foi provisionado? NENHUM, até então.

Portanto, o cálculo do Módulo 02 está errado!

Passando ao Módulo 03, vê-se que a empresa simplesmente ao seu mero prazer colocou valores que achava ser o correto, mas, não são.

Dissecando o Módulo 3 – Provisão para Rescisão, temos:

11

"A" – Aviso Prévio indenizado" – será pelo menos 30 dias, se não 33 dias, ou seja, pelo menos o valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), se provisionarmos mensalmente, a fração é de 8,33% e seu valor de R\$ 91,66 (noventa e um reais e sessenta e seis centavos). Portanto, ERRADO O CÁLCULO APRESENTADO.

"B" – Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado – levando em consideração o valor do aviso prévio indenizado de R\$ 91,66 (noventa e um reais e sessenta e seis centavos), 8% sobre tal seria R\$ 7,33 (sete reais e trinta e três centavos), provisionados por doze meses = R\$ 0,61 (sessenta e um centavos). Portanto, ERRADO O CÁLCULO APRESENTADO.

Os demais cálculos apresentados de provisão, também encontram-se totalmente errados, não sendo sequer necessário esmiuçar todos para que seja constatado tal fato.

Passando ao Módulo 04 e 05 – vemos que os valores foram corretamente apresentados.

Já sobre seu lucro... de forma desmedida, demonstra que há lucro, mesmo que de centavos, uma verdadeira falta de respeito, pois inexistente lucro nestes valores apresentados.



De toda forma, passemos a diante, somando todos os valores apresentados, não chegamos a R\$ 2.354,43 (dois mil trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos) conforme apresentado na planilha, mas sim a R\$ 2.394,70 (dois mil trezentos e noventa e quatro reais e setenta centavos) POR FUNCIONÁRIO.

Tendo em vista que a quantidade de horas é de 10.400, a Administração Pública precisará de pelo menos 4 funcionários, ou seja, o valor mensal para manutenção de todos os funcionários (SE CONSIDERARMOS O VALOR APRESENTADO PELA EMPRESA MSERV) é de R\$ 9.578,80 (nove mil quinhentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

FRISA-SE, NESTE CÁLCULO AINDA NÃO CHEGA-SE AO FINAL DAS 10.400 HORAS.

Pois se levarmos em consideração o valor da hora, teríamos 4,33 funcionários mensais, ou seja, o valor para manutenção dos funcionários seria de R\$ 10.369,05 (dez mil trezentos e sessenta e nove reais e cinco centavos) –
R\$ 2.394,70x4,33-

O valor mensal oferecido pela empresa MSERV foi de R\$ 7.583,33 (sete mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), ou seja, PREÇO INEXEQUÍVEL.

R
8

Abaixo, segue uma demonstração de planilha provisória de composição de preço adequada para o objeto desta licitação:

Item	PROFISSIONAL	Qtd Prof.	Salario Base	INSAL	Folha Mensal
1	SERVENTE	1	1.100,00		1.100,00
Total		1,00			1.100,00

INSAL	Folha Mensal	VALE TRANSPORTE	Vale Alimentação	INSS	SESI/SESC	SESI/SENAI	INCRA	SAL EDUC	SEBRAE	SAT/INSS	FGTS	Multa FGTS
	R\$	-	R\$ 400,00	20%	1,5%	1%	0,20%	2,5%	0,60%	2%	8%	5,00%
	1.100,00	-	R\$ 320,00	220,00	16,50	11,00	2,20	27,50	6,60	22,00	88,00	55,00
	1.100,00	-	320,00	220,00	16,50	11,00	2,20	27,50	6,60	22,00	88,00	55,00
Global para 12 meses												

PROV/FÉRIAS 13º S/AV. PREV. Ind 19,44%	Total Encargos sociais e provisões	Exames ASO/PPRA/PONSO	AUXÍLIO MEDICO R\$ 60,00	BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR R\$ 20	FUNDO FORMAÇÃO PROF. R\$ 20	unilomes Epis	Total Sal/VA/Enca/Prov	Impostos +Desp ADM +BDI 17,63%	VALOR ANUAL	VALOR POR MÊS	Valor Total anual
213,84	662,64	0,79	60,00	20,00	20,00	27,41	2.210,84	2.684,00	2.684,00	12,20	126.880,12
213,84	662,64	0,79	60,00	20,00	20,00	27,41	2.210,84	2.684,00	2.684,00	12,20	126.880,12

Impostos	lucro
11,25%	6,38%
301,95	171,21
301,95	171,21

TR

Desta forma, esta recorrente requer a inabilitação não somente da empresa MSERV, mas também do segundo colocado CLEIDE MARIA IENI BUENO que apresentou valor de R\$ 8,78 (oito reais e setenta e oito centavos) a hora, sendo seu valor global de R\$ 91.312,00 (noventa e um mil, trezentos e doze reais), e também do terceiro colocado BASE FORTE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA, que apresentou o valor de R\$ 10,00 (dez reais) a hora, sendo seu valor global de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais).

7- DOS REQUERIMENTOS

Face ao exposto a recorrente requer, respeitosamente, que seja o presente recurso recebido e em sua totalidade e conhecido pela Sra. Pregoeira e a equipe de licitação.

Diante da fundamentação aqui apresentada e dos elementos legais, doutrinários colecionados no presente instrumento, cumpre à recorrente concluir afirmando a necessidade de inabilitar a empresa MSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, pela falta de apresentação do Balanço Patrimonial nos termos legais, bem como por seu preço inexecuível.



Bem como também a inabilitação das empresas CLEIDE MARIA IENI BUENO e BASE FORTE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA por também apresentarem preços inexequíveis.

Curitiba, 25 de outubro de 2019


THIAGO DE OLIVEIRA ROCHA
CPF: 046.818.919-71
Sócio Administrador


JONATAS THANS DE OLIVEIRA
CPF: 082.013.349-30
Sócio Administrador

34.266.278/0001-27

AVANTE LIMPEZA E
CONSERVAÇÃO LTDA

AV. CÂNDIDO HARTMANN Nº 4726
SANTA FELICIDADE - CEP: 82015-100

AVANTE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA

CNPJ: 34.266.278/0001-27



Tabela de Salários 2019

Acesse a Convenção completa no site: www.siemaco.org.br

FEACONSPAR

Presidente: Manassés Oliveira

FUNÇÃO	PISO	Adicionais/ Gratificações	TOTAL
Servente - 44 horas	R\$ 1.210,00	R\$ 0,00	R\$ 1.210,00
Servente - 40 horas	R\$ 1.100,00	R\$ 0,00	R\$ 1.100,00
Servente - 36 horas	R\$ 990,00	R\$ 0,00	R\$ 990,00
Copeira, Cantineira, Merendeira, Aux. Cozinha, Camareiros - 44 horas	R\$ 1.249,30	R\$ 0,00	R\$ 1.249,30
Servente com Cumulação de Função	R\$ 1.210,00	R\$ 83,75	R\$ 1.293,75
Copeira com Cumulação de Função	R\$ 1.249,30	R\$ 44,45	R\$ 1.293,75
Servente Hospitalar - 44 horas	R\$ 1.210,00	R\$ 39,30	R\$ 1.249,30
Encarregada 03 a 10 funcionários - 44 horas	R\$ 1.435,45	R\$ 0,00	R\$ 1.435,45
Encarregada 11 a 20 funcionários - 44 horas	R\$ 1.492,30	R\$ 0,00	R\$ 1.492,30
Encarregada acima de 20 funcionários - 44 horas	R\$ 1.575,05	R\$ 0,00	R\$ 1.575,05
Supervisora - 44 horas	R\$ 1.993,90	R\$ 0,00	R\$ 1.993,90
Cozinheiro - 44 horas	R\$ 1.296,85	R\$ 0,00	R\$ 1.296,85
Jardineiro - 44 horas	R\$ 1.329,95	R\$ 0,00	R\$ 1.329,95
Op. Máq. Costal/Roçadeira/Emplhadeira - 44 horas	R\$ 1.575,05	R\$ 0,00	R\$ 1.575,05
Varredores - 44 horas (municípios com até 200 mil habitantes)	R\$ 1.280,30	R\$ 199,60	R\$ 1.479,90
Coletores - 44 horas (municípios com até 200 mil habitantes)	R\$ 1.280,30	R\$ 399,20	R\$ 1.679,50
Ascensorista/Telefonista - 36 horas	R\$ 1.317,55	R\$ 0,00	R\$ 1.317,55
Tratadores de Animais - 44 horas	R\$ 1.491,28	R\$ 199,60	R\$ 1.690,88
Porteiro 44 horas / 12hX36h	R\$ 1.629,87	R\$ 53,77	R\$ 1.683,64
Porteiro SDF	R\$ 1.164,48	R\$ 16,55	R\$ 1.181,03
Garagistas, Recepcionistas e Recepcionista - 44 horas / 12hX36h	R\$ 1.411,65	R\$ 25,85	R\$ 1.437,50
Assistentes e Auxiliares Administrativos - 44 horas	R\$ 1.411,65	R\$ 25,85	R\$ 1.437,50
Monitor ou op. de Equipamento / Guardião - 44 horas / 12hX36h	R\$ 1.411,65	R\$ 25,85	R\$ 1.437,50
Controlador de Acesso e Tráfego - 44 horas	R\$ 1.435,45	R\$ 25,85	R\$ 1.461,30
Bombeiro Hidráulico - 44 horas (sal.+ Periculosidade)	R\$ 1.411,64	R\$ 423,49	R\$ 1.835,13
Bombeiro Civil - 12hx36h - (sal.+ Periculosidade)	R\$ 1.940,12	R\$ 582,04	R\$ 2.522,16
Desinsetizador - 44 horas	R\$ 1.491,28	R\$ 399,20	R\$ 1.890,48
Controlador de Vetores - 44 horas	R\$ 1.491,28	R\$ 399,20	R\$ 1.890,48
Contínuos e Menores Aprendizizes - 44 horas	R\$ 1.109,67	R\$ 0,00	R\$ 1.109,67
Carreg. e Carreg. Agrícolas - 44 Horas	R\$ 1.235,85	R\$ 0,00	R\$ 1.235,85
Auxiliares de Serviços Gerais e Segregadores - 44 horas	R\$ 1.210,00	R\$ 0,00	R\$ 1.210,00
Lavadores - 44h	R\$ 1.210,00	R\$ 199,60	R\$ 1.409,60

Vale-Alimentação

Agora com o
recebimento
também
nas Férias!!!



Para quem não recebe alimentação no local de trabalho: **R\$ 400,00**
(sendo R\$ 40,00 condicionados à assiduidade)

Para quem recebe alimentação no local de trabalho: **R\$ 219,33**
(sendo R\$ 22,00 condicionados à assiduidade)

*** ATENÇÃO: O valor do Vale nas férias é condicionado à assiduidade: De 1 a 3 faltas no ano (R\$ 360,00); De 4 a 5 faltas (R\$ 320,00). Acima de 6 faltas o trabalhador perderá o direito ao VA nas férias.
*** Para os funcionários que recebem alimentação no local, nas mesmas condições acima os valores, em caso de faltas serão de: R\$ 219,33, R\$ 197,39 e R\$ 175,46 respectivamente.

Ampliação e renovação das cláusulas da Convenção Coletiva

Benefício Natalidade Siemaco

R\$ 1.000,00 por bebê nascido a partir de Fevereiro/2019.



SEM DESCONTO

Este ano o Siemaco não fará o desconto nos salários da Contribuição Sindical (desconto de 1 dia de trabalho no mês de março).

Mensalidade e Siemaco Saúde

R\$ 96,30

Contribuição Negocial

R\$ 5,00 ao mês

Convenção Coletiva válida para todo o Paraná a partir de 1.º de fevereiro de 2019.



Trabalhador Unido, Sindicato Forte,

Direitos Garantidos!

Filie-se e fortaleça nossas conquistas

